



A LEITURA DE TEXTOS ARGUMENTATIVOS: IDENTIFICAÇÃO DA TESE E DOS ARGUMENTOS

READING ARGUMENTATIVE TEXTS: IDENTIFYING THE THESIS AND ARGUMENTS

Franciele Luzia de Oliveira Orsatto¹

Bruna Luiza Santos²

Franciele Santos³

RESUMO: Este estudo tem por objetivo refletir sobre a argumentação presente em artigos de opinião, à luz do conceito bakhtiniano de gêneros do discurso. Pretende-se investigar de que forma o artigo de opinião – um gênero discursivo que deve ser observado a partir de suas características peculiares – organiza-se visando convencer e/ou persuadir seu interlocutor. Como objeto de estudo, foram eleitos dois artigos que versam sobre a adoção, pelo MEC, de um livro didático que estaria “ensinando errado”. Trata-se de um material que reproduz estruturas que, embora correntes na língua informal – como “*os livro*” –, desviam-se da norma-padrão e, por isso, são condenadas pelo senso comum e pela imprensa, de maneira geral. Um dos artigos analisados é de autoria do jornalista Clóvis Rossi e foi publicado no jornal *Folha de S. Paulo*; o outro texto, de autoria do linguista Marcos Bagno, foi publicado no *site Observatório da Imprensa*, dois dias depois. Os artigos apresentam pontos de vista contrários e *dialogam*, ainda que esse diálogo não esteja marcado explicitamente. Por meio da análise, é possível constatar que, para a compreensão do artigo de opinião enquanto gênero do discurso, torna-se imprescindível concebê-lo não apenas a partir de sua estrutura formal, mas, principalmente, a partir de seu funcionamento na esfera social em que circula.

PALAVRAS-CHAVE: Artigo de opinião, argumentação, gêneros do discurso.

ABSTRACT: This study aims to reflect upon the argumentation present in opinion articles, in the light of Bakhtin's concept of speech genres. It is intended to investigate how an opinion article - a speech genre that must be observed through its particular characteristics - is organized aiming to convince and/or persuade its interlocutors. As the object of study, we selected two articles that deal with the Brazilian Education Ministry's adoption of a textbook that was, supposedly, "teaching the wrong form". It is a textbook that reproduces structures that, despite its common use colloquially, such as "*two book*", deviate from the standard language and for this reason they are condemned by common sense and the press, in general. One of the articles analyzed was written by the journalist Clovis Rossi and published in the newspaper *Folha de S. Paulo* and the other, written by the linguist Marcos Bagno, was published online at *Observatório da Imprensa*, two days later. These articles present opposing views and they establish a *dialogue*, even though that is not explicit. Through the analysis performed, it is possible to state that, in order to

¹ Doutoranda e mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, graduada em Letras pela mesma instituição e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Faculdade Assis Gurgacz (FAG). Professora colaboradora da Unioeste *campus* Cascavel. E-mail: francieleluzia@yahoo.com.br

² Graduada em Letras Português/Inglês pela Unioeste. E-mail: bruhninha_luiza@hotmail.com

³ Graduada em Letras Português/Italiano da Unioeste. E-mail: frach@hotmail.com



understand an opinion article as a speech genre, it is essential to view it not only as a formal structure, but, especially, focusing on how it works in the social sphere where it circulates.

KEY-WORDS: Opinion article; argumentation; speech genre.

1 Introdução

Nos últimos anos, o conceito de gêneros do discurso tem sido amplamente discutido na esfera acadêmica. Pensando-se em sua aplicação no ensino de línguas, o conceito ressoa nos documentos oficiais que norteiam a educação brasileira, ao lado de outros aspectos do pensamento de Bakhtin (1997) – cuja contribuição principal reside no fato de considerar a língua como uma entidade sócio-historicamente situada.

Porém, a despeito dessas discussões, ainda há questões a serem exploradas. Devido à heterogeneidade dos gêneros discursivos, não se pode estudá-los apenas quanto a suas características comuns, agrupando-os a partir da esfera comunicativa em que circulam; é preciso pensá-los a partir de suas especificidades em relação ao *conteúdo temático, estilo e construção composicional*, conforme propõe Bakhtin (1997). Em outras palavras, deve-se considerar que cada gênero tem uma organização interna própria que orchestra as sequências tipológicas que o compõem de uma maneira particular.

Assim, o estudo sistemático de um gênero – em especial daqueles que, geralmente, são trabalhados em sala de aula em várias séries, como é o caso do artigo de opinião – oferece contribuições significativas para o ensino de língua portuguesa. É partindo desse pressuposto que o presente estudo se organiza. Objetivando estudar o gênero artigo de opinião de maneira mais atenta, propõe-se, primeiramente, discutir alguns aspectos teóricos relevantes. Em seguida, será feita a análise de dois artigos de opinião que versam sobre a mesma temática – a adoção, pelo MEC, de um livro didático que estaria “ensinando errado” –, um deles de autoria do jornalista Clóvis Rossi e o outro do linguista Marcos Bagno. A análise pretende observar de que forma esses textos, que apresentam pontos de vista contrários, organizam seus argumentos de modo a convencer e/ou persuadir seus interlocutores. Dessa forma, ao cotejar os aspectos teóricos com o que é observado nos textos, objetiva-se ampliar o conhecimento tanto sobre o gênero em análise quanto sobre a argumentação, o que, posteriormente, pode ser levado à sala de aula.



2 O artigo de opinião: breves considerações teóricas

Bakhtin (1997) foi o primeiro estudioso a tratar dos gêneros do discurso e traz uma grande contribuição para o esclarecimento dessa questão. O pesquisador define os gêneros do discurso como tipos de enunciados, caracterizados por certa estabilidade, criados e utilizados pelas mais diversas esferas de comunicação humana, sendo por esta razão, variados e heterogêneos. O filósofo divide os gêneros discursivos em primários (simples) – aqueles que se formam nas condições de comunicação imediata; e secundários (complexos) – que têm a ver com a escrita e a comunicação verbal planejada.

Em nosso cotidiano social, os gêneros são caracterizados como produções textuais tanto escritas quanto orais utilizados a todo o tempo pelos falantes, que os usam e os modificam. Ao se denominar um gênero, não se denomina uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente os objetivos em uma dada situação comunicativa. O uso da linguagem está ligado às diversas atividades humanas, tornando possível, a partir da necessidade do homem de comunicar-se, a adaptação, a transformação, a renovação e a multiplicação de alguns gêneros dentro das esferas em que estão inseridos.

O gênero discursivo/textual em foco neste trabalho, o artigo de opinião, tem por finalidade a exposição de um ponto de vista sobre determinado assunto. Para que sua opinião seja sustentada, o autor desse gênero textual/discursivo se utiliza de um elemento chave para que seu objetivo seja alcançado: a argumentação.

Para Koch (2009), o ato de argumentar “constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia” (KOCH, 2009, p. 17). Argumentar, nesse sentido, é agir sobre e convencer alguém. Dependendo do lugar social em que se insere o autor de um texto ou dos elementos linguísticos que o autor utiliza, o modo como se interpreta um texto argumentativo e seus efeitos de sentidos são afetados.

Para cumprir seu papel, é preciso que os textos argumentativos sejam bem estruturados, apresentando um tema, um ponto de vista sobre o assunto tratado e a defesa de um posicionamento. Uma boa argumentação precisa ter clareza, seguir um raciocínio lógico, apresentar ideias consistentes, mas também trazer complementações como dados estatísticos,



históricos, citações, refutação, exemplos, comparações, etc. Além disso, é fundamental que se estabeleça a ligação entre as ideias apresentadas, o que contribui para garantir uma unidade de sentido.

Ao analisar dois artigos de opinião, pretende-se verificar dois tópicos importantes: a relação entre tese e argumento estabelecida nos artigos de opinião e de que modo essa relação se estabelece no texto, observando, por exemplo, como os elementos coesivos são utilizados pelos autores do texto para sustentarem seu posicionamento diante do mesmo tema.

Sabe-se que um dos objetivos centrais propostos para o ensino de Língua Portuguesa é desenvolver a competência linguístico-discursiva nos usuários da língua. Assim, é preciso proporcionar ao aluno o contato com o mais variado número de textos, para que ele saiba utilizar a língua de modo efetivo em diferentes situações de comunicação, sendo capaz de posicionar-se criticamente diante do que lhe é exposto. Diante disso, é importante que o professor tenha domínio dos aspectos que permeiam a argumentação e a relação dialógica dos mecanismos utilizados nesse processo. De acordo com Koch (2009),

a preocupação básica de levar o aluno não apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas – sobretudo – ao desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social: faz-se preciso, para tanto, que ele se torne apto a compreender, analisar, interpretar e produzir textos verbais (KOCH, 2009, p.15-16).

Um modo eficaz de se desenvolver essas competências nos alunos é trabalhar com a leitura de gêneros argumentativos como o artigo de opinião. Por ser um gênero mais elaborado, de escrita mais formal, o artigo de opinião propicia o trabalho com a coesão e coerência de um texto e as marcas discursivas impressas pelo autor.

O gênero discursivo artigo de opinião enquadra-se na ordem dos gêneros de argumentar, conforme explicitam Schneuwly e Dolz (2010), pois é uma construção estruturada sobre um determinado tema e, de uma forma direta, discute problemas sociais, expondo aceitação ou refutação em relação a esse tema. O compartilhamento de opiniões, o convencimento do interlocutor e a posição tomada mediante certas ações são algumas das características da argumentação presente na estrutura desse gênero.



O autor do artigo de opinião, apresentando seu ponto de vista, mostra possíveis questionamentos do ponto de vista contrário, com a intenção de convencer seus leitores. Para tal ação, procura expor bons argumentos, ancorados por “verdades” que despertem interesse, porque são abordados temas polêmicos que obrigam o interlocutor a adotar uma posição. Esse gênero discursivo circula nos jornais, nas revistas, na internet, entre outros suportes. Cada um dos autores de textos desse gênero, chamados de articulistas, mantém seu estilo próprio de escrita e argumentação, considerando-se os limites que o gênero impõe.

Cada artigo de opinião possui não apenas as particularidades de argumentação dos articulistas, mas também outras vozes advindas de leituras realizadas pelo autor e do diálogo constituído com outros textos. Para organizar as ideias e expô-las, utiliza-se de recursos coesivos, da construção do discurso, em geral, na terceira pessoa, de conjunções, de alguns tempos verbais característicos (o presente do indicativo e o pretérito perfeito composto), de advérbios de modo e tempo, além de figuras de linguagem (como a hipérbole e a ironia) e de palavras marcantes que contribuem para construir os sentidos do texto.

Levando-se em conta que todos os gêneros são dinâmicos e suscetíveis a modificações, existem várias possibilidades de estruturar o artigo de opinião. Não há, portanto, uma ordem específica para expor as ideias; por outro lado, há uma regularidade. Segundo Perfeito (2006), um artigo de opinião pode se estruturar da seguinte forma:

1. Contextualização e/ou apresentação da questão que está sendo discutida.
2. Explicitação do posicionamento assumido.
3. Utilização de argumentos para sustentar a posição assumida.
4. Consideração de posição contrária e antecipação de possíveis argumentos contrários à posição assumida.
5. Utilização de argumentos que refutam a posição contrária.
6. Retomada da posição assumida.
7. Possibilidades de negociação.
8. Conclusão (ênfase ou retomada da tese ou posicionamento defendido).

Em resumo, pode-se dizer que o artigo de opinião é um gênero que apresenta determinadas características específicas de composição, mas que se define mais pela sua função do que pela sua estrutura linguística. O objetivo do artigo de opinião é defender um determinado



ponto de vista; para isso, o locutor pode utilizar recursos diversos de organização textual. É possível, inclusive, romper com o que é considerado convencional ao gênero, tendo em vista o cumprimento de sua função social: incitar a reflexão sobre um determinado tema, objetivando convencer e/ou persuadir os interlocutores a partir da argumentação.

Para exemplificar essas explicitações, abordamos, na sequência, dois artigos de opinião, a partir dos quais efetuamos uma análise quanto aos elementos que o constituem.

3 Uma questão de *inguinorância*?

Em maio de 2011, a imprensa noticiou que um livro didático de Língua Portuguesa, adotado pelo Ministério da Educação (MEC) e distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos a mais de 400 mil alunos, continha “erros de português”. No dia 12 de maio, o jornal *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde* divulgaram notícias sobre o caso, intituladas, respectivamente “Livro adotado pelo MEC defende falar errado” e “Livro didático do MEC tem erro de português”. Dois dias depois, a *Folha.com* também noticiou o episódio, com a matéria “Livro distribuído pelo MEC defende errar concordância”; no dia 14, o assunto também foi comentado no site da revista *Veja*, em texto de opinião intitulado “Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente”.

Como esses exemplos apontam, o caso foi noticiado e comentado pelos principais veículos de informação do país, instaurando uma polêmica. Vários comentaristas, em especial jornalistas, posicionaram-se contra a distribuição do livro em questão; por outro lado, linguistas e professores também se manifestaram, apresentando um ponto de vista diferente.

O jornalista Clóvis Rossi, colunista da *Folha de S. Paulo*, escreveu sobre o assunto em texto publicado no dia 15/05/2011, reproduzido a seguir.

Inguinorância

Clóvis Rossi

SÃO PAULO - Não, leitor, o título acima não está errado, segundo os padrões educacionais agora adotados pelo mal chamado Ministério de Educação. Você deve ter visto que o MEC deu aval a um livro que se diz didático no qual se ensina que falar "os livro" pode.



Não pode, não, está errado, é ignorância, pura ignorância, má formação educacional, preguiça do educador em corrigir erros. Afinal, é muito mais difícil ensinar o certo do que aceitar o errado com o qual o aluno chega à escola.

Em tese, os professores são pagos – mal pagos, é verdade – para ensinar o certo. Mas, se aceitam o errado, como agora avaliza o MEC, o baixo salário está justificado. O professor perde a razão de reclamar porque não está cumprindo o seu papel, não está trabalhando direito e quem não trabalha direito não merece boa paga.

Os autores do crime linguístico aprovado pelo MEC usam um argumento delinquencial para dar licença para o assassinato da língua: dizem que quem usa "os livro" precisa ficar atento porque "corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico".

Absurdo total. Não se trata de preconceito linguístico. Trata-se, pura e simplesmente, de respeitar normas que custaram anos de evolução para que as pessoas pudessem se comunicar de uma maneira que umas entendam perfeitamente as outras.

Os autores do livro criminoso poderiam usar outro exemplo: "Posso matar um desafeto? Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito jurídico".

Tal como matar alguém viola uma norma, matar o idioma viola outra. Condenar uma e outra violação está longe de ser preconceito. É um critério civilizatório. Que professores prefiram a preguiça ao ensino, já é péssimo. Que o MEC os premie, é crime.

Já no título, orienta-se o direcionamento argumentativo do texto: ao intitulá-lo de “Inguinorança”, o locutor apresenta uma inadequação que chama a atenção do leitor, destacando o “absurdo” de grafar um título desta forma, ainda mais quando se considera que seu suporte é o jornal *Folha de S. Paulo*, um dos veículos mais tradicionais do país. O título aciona uma voz alheia à do enunciador, que pertence ao ponto de vista contrário, ou seja, àqueles que defenderiam que não há problema em cometer erros de português. Faz-se, assim, uso da ironia, ou seja, da apropriação da voz do outro para ser ridicularizada, já que seria absurdo o fato de um jornal publicar um termo ortograficamente incorreto – a não ser que este termo tenha sido grafado propositadamente dessa forma e esteja carregado de ironia, como é o caso. Por meio da análise desse título, pode-se observar a polifonia do artigo de opinião, corroborando o que aponta Cunha (2010). Segundo a autora, o artigo de opinião é constituído pelo diálogo entre diferentes discursos que o constituem:

É por meio das formas marcadas e não marcadas de dialogismo que percebemos a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual, o grau de distância ou de adesão aos discursos dos enunciadores citados ou mencionados, e os lugares ocupados por eles. (CUNHA, 2010, p. 179).



No primeiro parágrafo, outra manifestação do dialogismo presente no artigo de opinião pode ser observada. Ao mesmo tempo em que se inicia a apresentação da questão central do texto, desqualifica-se o MEC, com o emprego do adjetivo *mal*. Além do diálogo com a voz daqueles que defendem um ponto de vista contrário ao do locutor – que é estabelecido por meio do título – há o diálogo com o interlocutor, que é marcado pelo uso de um vocativo: “*Não, leitor, o título acima não está errado, segundo os padrões educacionais agora adotados pelo mal chamado Ministério de Educação*”. Conforme aponta Bakhtin (1997), o interlocutor – juntamente com o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados e suas opiniões – sempre é levado em conta pelo enunciador ao construir seu discurso, o que fica explícito no trecho em análise: “É sob uma maior ou menor influência do destinatário e da sua presumida resposta que o locutor seleciona todos os recursos linguísticos de que necessita” (BAKHTIN, 1997, p. 326).

Ainda neste parágrafo, a questão discutida é contextualizada para situar os leitores. O locutor pressupõe que muitos leitores já tiveram contato com a polêmica tratada. A qualificação prossegue ao chamar o livro que originou a polêmica de: “*um livro que se diz didático*”. Assim, o locutor explicita que não compactua desta nomenclatura, porque o livro, segundo ele, nomeia-se como didático, mas, na verdade, não cumpre seu papel, pois demonstra “*ingenuidade*” e não está adequado aos padrões educacionais que os brasileiros deveriam esperar.

No parágrafo seguinte, a posição do MEC é explicitamente refutada: “*Não pode, não, está errado, é ignorância, pura ignorância, má formação educacional, preguiça do educador em corrigir erros. Afinal, é muito mais difícil ensinar o certo do que aceitar o errado com o qual o aluno chega à escola*”. Neste trecho, o advérbio “*afinal*” tem função discursiva de introduzir uma explicação para a “*preguiça*” do educador, ou seja, de explicar porque essa preguiça ocorre. Destaca-se, também, que o aluno chega *ignorante* à escola – o que nos permite inferir que o papel da escola é livrá-lo deste estado, “*ensinando o certo*”. Em outras palavras, o saber que o aluno traz sobre a língua, ainda que não seja um saber sobre a norma-padrão, é ignorado.

A exposição de argumentos que sustentam a opinião defendida se inicia no terceiro parágrafo, com a seguinte afirmação: “*Em tese, os professores são pagos – mal pagos, é verdade – para ensinar o certo. Mas, se aceitam o errado, como agora avalia o MEC, o baixo salário está justificado*”. Neste trecho, apresenta-se uma suposição – marcada pelo termo *em tese* – compartilhada com o leitor e, com a afirmação que é apresentada entre travessões, estabelece-se um diálogo com a “*voz*” dos



professores. Ao acrescentar essa informação, o enunciador constrói uma imagem positiva de si – de conhecedor do assunto e de “democrático”, porque é capaz de ouvir o outro –, pois ele demonstra considerar o que vozes advindas de outros lugares dizem sobre o tema em questão. Sabe-se que a classe docente, em geral, reclama dos salários baixos e, com isso, o enunciador concorda. Porém, em seguida, uma oposição é introduzida com a conjunção *mas*, apresentando uma ressalva à informação entre travessões apresentada antes. Dito de outra forma, os professores são mal pagos, mas há pelo menos um caso em que o baixo salário seria aceitável: quando não trabalham direito. Vale-se, portanto, de um argumento universalmente válido – o de quem não trabalha bem não merece boa paga – para invalidar as reclamações dos professores, já que, ao aceitarem o uso do livro didático avalizado pelo MEC, estariam sendo incompetentes.

No quarto parágrafo, apresenta-se um argumento do ponto de vista contrário ao do locutor que será desconstruído no parágrafo seguinte. Porém, não se trata de uma mera apresentação do argumento contrário, já que este é também avaliado, ainda que a crítica não seja o foco do trecho. O conteúdo do livro didático é visto como um “crime linguístico” e o argumento de que seus autores se valem é, segundo o locutor, “deliquencial”. Associa-se, assim, o ponto de vista contrário à desobediência às leis e à criminalidade – o que é reforçado, ainda, com o uso do termo “assassinato da língua”.

Sobre o uso desses termos, deve-se destacar que não são eles, por si, que contribuem para associar um sentido negativo ao ponto de vista contrário ao do enunciador. Não são as palavras que irradiam expressividade, já que a palavra em si, enquanto unidade da língua, é neutra; na verdade, é seu uso social que a preenche de sentido: ao integrar um enunciado, a palavra deixa de ser uma unidade da língua (dotada de significação neutra) e passa a ser uma unidade dotada de sentido, em que ecoa uma expressividade advinda de enunciados anteriores:

Nossa fala, isto é, nossos enunciados [...] estão repletos de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (BAKHTIN, 1997, p. 314).

Ainda neste parágrafo, afirma-se que “[os autores do livro] dizem que quem usa ‘os livros’ precisa ficar atento porque ‘corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico’”. As aspas marcam a citação das



palavras que constam no livro didático criticado. Citando apenas um trecho, apaga-se o contexto ao qual essas palavras estavam associadas; traz-se ao artigo somente o que é alvo de crítica e, assim, a afirmação do livro, a essa altura, provavelmente parece “absurda”, considerando-se a forma como o enunciador conduz o interlocutor/leitor a essa “conclusão”. As aspas têm função interessante na construção discursiva, como aponta Maingueneau (1997): “colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos à distância, é mantê-los à distância e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo. Decorre daí a eficácia deste mecanismo” (MAINGUENEAU, 1997, p. 90).

No parágrafo seguinte, a conclusão ao qual o enunciador quer conduzir o interlocutor/leitor é explicitada: “*Absurdo total. Não se trata de preconceito linguístico. Trata-se, pura e simplesmente, de respeitar normas que custaram anos de evolução para que as pessoas pudessem se comunicar de uma maneira que umas entendam perfeitamente as outras*”. O que deve ser feito é apresentado como se fosse “simples” – o que é marcado pelas palavras *pura* e *simplesmente*. O enunciador apresenta visão que contraria o ponto de vista dos autores do livro, baseando-se no argumento de que é preciso respeitar as regras porque elas “*custaram anos de evolução [...]*”. O que se deixa transparecer é uma visão de que a língua culta permite uma comunicação transparente e perfeita, livre de “ruídos” que a atrapalhem – o que não aconteceria com as outras variedades. Em uma análise mais atenta, o que é defendido se mostra contraditório: se as regras custaram anos para evoluir, é porque a língua muda; se a língua muda, porque se deve, no ensino, ignorar as suas variações? Porém, isso não é “mostrado” no texto, pois abriria a possibilidade de contestação. Da forma como o texto é organizado, esse fato provavelmente passa despercebido ao interlocutor/leitor.

Outro argumento, apresentado no penúltimo parágrafo, baseia-se na analogia com um caso (grave) de violação jurídica. O locutor compara o “crime linguístico” do livro didático com um crime real, acrescentando entre aspas o que poderia constar como exemplo no referido livro: “*Posso matar um desafeto? Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito jurídico*”. A ironia é fundamental para estruturar esse argumento, pois o que é citado entre aspas – cuja autoria seria atribuída aos autores do livro – soa como completamente absurdo, impossível de ser aceito. Desobedecer às regras da língua é colocado como uma violação tão grave quanto cometer um assassinato real. Assim, a argumentação é levada ao extremo, com o objetivo de ser aceita pelo leitor. Segundo Maingueneau (2007), a ironia é um gesto dirigido a um



destinatário, não uma atividade lúdica desinteressada: “é um fenômeno sutil, passível de análises divergentes e cuja extensão é difícil de circunscrever” (MAINGUENEAU, 2007, p. 99). A ironia só é percebida, nesse caso, quando se consideram os valores da sociedade, em relação ao assassinato: trata-se de um ato inaceitável, que deve ser rigorosamente punido; encarar a condenação como “preconceito” é, portanto, absurdo.

O último parágrafo se inicia retomando a analogia do trecho anterior; explicita-se que as duas situações podem ser comparadas devido ao fato de ambas serem consideradas violações – sem discutir a gravidade de cada uma delas: “*Tal como matar alguém viola uma norma, matar o idioma viola outra. Condenar uma e outra violação está longe de ser preconceito. É um critério civilizatório. Que professores prefiram a preguiça ao ensino, já é péssimo. Que o MEC os premie, é crime*”. Em vez de discutir a gravidade dessas violações, o foco se volta para discutir o preconceito (injustificável, segundo o posicionamento do locutor) que essas violações poderiam originar. Se se trata da desobediência a uma regra, a condenação não pode ser encarada como “preconceito”, mas como “consequência” inevitável.

Além disso, a “obediência às regras” e a “condenação”, se essas regras não forem cumpridas, são colocadas como integrantes do que seria um “critério civilizatório”. Ou seja: quem não lhes obedece não é civilizado. Em seguida, o locutor retoma a “preguiça” dos professores – não deixando claro se se trata de algo que pode ser generalizado ou não (o que provavelmente leva, pela argumentação do texto, a inferir que sim) e reforça a desaprovação quanto à atitude do MEC, qualificando-a como um crime. E, assim, este parágrafo funciona como uma conclusão, “amarrando as pontas” do texto e reforçando o ponto de vista defendido.

Observando-se o artigo de opinião em análise como um todo, é possível notar que cada parágrafo tem uma função distinta quanto à construção da argumentação. De forma esquemática, a função de cada parágrafo poderia ser resumida da seguinte forma:

- 1) O enunciador contextualiza o tema para os leitores que ainda não sabem do ocorrido, ao mesmo tempo em que demonstra saber que muitos já tiveram contato com a polêmica – acrescentando “pistas” importantes para marcar seu posicionamento.
- 2) O enunciador explicita o ponto de vista defendido, confirmando o direcionamento dado pelo título e pelas “pistas” do parágrafo anterior.



- 3) O parágrafo inicia a apresentação de argumentos, justificando o baixo salário dos professores pelo fato de esses profissionais não trabalharem direito, já que ensinam o errado – o que é condenável.
- 4) Apresenta-se um argumento do ponto de vista contrário, segundo o qual o preconceito linguístico autorizaria cometer o “assassinato da língua”.
- 5) Refuta-se o argumento apresentado anteriormente e apresenta um argumento, em tese, mais forte – o de que é preciso respeitar as regras da língua padrão porque elas são resultado de anos de evolução e permitiram uma comunicação perfeita.
- 6) O enunciador apresenta outro argumento com base na analogia que aproxima a violação de uma norma linguística com a violação de uma norma jurídica que condena o assassinato.
- 7) Por fim, no último parágrafo, o enunciador apresenta uma conclusão, explicitando que condenar quem viola as normas da língua não é preconceito e identificando como “crime” a atitude do MEC.

Para melhor explorarmos o gênero em foco, analisamos, na sequência, outro artigo de opinião, o qual apresenta relações dialógicas facilmente reconhecíveis com o texto de Clóvis Rossi.

4 Polêmica persistente, diálogo evidente

O segundo artigo analisado, com uma opinião contrária à de Clóvis Rossi, e que também aborda sobre a questão do livro didático, é o artigo “Polêmica ou ignorância?” de autoria do professor, linguista e escritor, Marcos Bagno, veiculado no jornal eletrônico *Observatório da Imprensa*, no dia 17/05/2011, na edição 642. Esse artigo, transcrito na sequência, também foi publicado, posteriormente, no site da revista *Carta Capital*, entre outros veículos.

LIVRO DIDÁTICO

Polêmica ou ignorância?

Por Marcos Bagno em 17/05/2011 na edição 642

Para surpresa de ninguém, a coisa se repetiu. A grande imprensa brasileira mais uma vez exibiu sua ampla e larga ignorância a respeito do que se faz hoje no mundo acadêmico e no universo da educação no campo do ensino



de língua. Jornalistas desinformados abrem um livro didático, leem metade de meia página e saem falando coisas que depõem sempre muito mais contra eles mesmos do que eles mesmos pensam (se é que pensam nisso, prepotentemente convencidos que são, quase todos, de que detêm o absoluto poder da informação).

Polêmica? Por que polêmica, meus senhores e minhas senhoras? Já faz mais de quinze anos que os livros didáticos de língua portuguesa disponíveis no mercado e avaliados e aprovados pelo Ministério da Educação abordam o tema da variação linguística e do seu tratamento em sala de aula. Não é coisa de petista, fiquem tranquilas, senhoras comentaristas políticas da televisão brasileira e seus colegas explanadores do óbvio.

Já no governo FHC, sob a gestão do ministro Paulo Renato, os livros didáticos de português avaliados pelo MEC começavam a abordar os fenômenos da variação linguística, o caráter inevitavelmente heterogêneo de qualquer língua viva falada no mundo, a mudança irreprimível que transformou, tem transformado, transforma e transformará qualquer idioma usado por uma comunidade humana. Somente com uma abordagem assim as alunas e os alunos provenientes das chamadas "classes populares" poderão se reconhecer no material didático e não se sentir alvo de zombaria e preconceito. E, é claro, com a chegada ao magistério de docentes provenientes cada vez mais dessas mesmas "classes populares", esses mesmos profissionais entenderão que seu modo de falar e o de seus aprendizes não é feio, nem errado, nem tosco; é apenas uma língua diferente daquela – devidamente fossilizada e conservada em formol – que a tradição normativa tenta preservar a ferro e fogo, principalmente nos últimos tempos, com a chegada aos novos meios de comunicação de pseudo-especialistas que, amparados em tecnologias inovadoras, tentam vender um peixe gramatiquero para lá de podre.

Defender uma não significa combater a outra

Enquanto não se reconhecer a especificidade do português brasileiro dentro do conjunto de línguas derivadas do português quinhentista transplantado para as colônias, enquanto não se reconhecer que o português brasileiro é uma língua em si, com gramática própria, diferente da do português europeu, teremos de conviver com essas situações, no mínimo patéticas. A principal característica dos discursos marcadamente ideologizados (sejam eles da direita ou da esquerda) é a impossibilidade de ver as coisas em perspectiva contínua, em redes complexas de elementos que se cruzam e entrecruzam, em ciclos constantes. Nesses discursos só existe o preto e o branco, o masculino e o feminino, o mocinho e o bandido, o certo e o errado e por aí vai.

Darwin nunca disse, em lugar algum de seus escritos, que "o homem vem do macaco". Ele disse, sim, que humanos e demais primatas deviam ter se originado de um ancestral comum. Mas essa visão mais sofisticada não interessava ao fundamentalismo religioso, que precisava de um lema distorcido, como "o homem vem do macaco", para empreender sua campanha obscurantista que permanece em voga até hoje (inclusive, no discurso da candidata azul disfarçada de verde à presidência da República no ano passado).

Da mesma forma, nenhum linguista sério, brasileiro ou estrangeiro, jamais disse ou escreveu que os estudantes usuários de variedades linguísticas mais distantes das normas urbanas de prestígio deveriam permanecer ali,



fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua língua. O que esses profissionais vêm tentando fazer as pessoas entenderem é que defender uma coisa não significa automaticamente combater a outra. Defender o respeito à variedade linguística dos estudantes não significa que não cabe à escola introduzi-los ao mundo da cultura letrada e aos discursos que ela aciona. Cabe à escola ensinar aos alunos o que eles não sabem! Parece óbvio, mas é preciso repetir isso a todo momento.

Defensores da "língua certa"

Não é preciso ensinar nenhum brasileiro a dizer "isso é para mim tomar?" porque essa regra gramatical (sim, caros leigos, é uma regra gramatical) já faz parte da língua materna de 99% dos nossos compatriotas. O que é preciso ensinar é a forma "isso é para eu tomar?" porque ela não faz parte da gramática da maioria dos falantes de português brasileiro, mas, por ainda servir de arame farpado entre os que falam "certo" e os que falam "errado", é dever da escola apresentar essa outra regra aos alunos, de modo que eles – se julgarem pertinente, adequado e necessário – possam vir a usá-la.

Também. O problema da ideologia purista é esse também. Seus defensores não conseguem admitir que tanto faz dizer assisti o filme quanto assisti ao filme; que a palavra óculos pode ser usada tanto no singular (o óculos, como dizem 101% dos brasileiros), quanto no plural (os óculos, como dizem dois ou três gatos pingados).

O mais divertido (para mim, pelo menos, talvez por um pouco de masoquismo) é ver os mesmos defensores da suposta "língua certa", no exato momento em que a defendem, empregarem regras linguísticas que a tradição normativa que eles acham que defendem rejeitaria imediatamente. Pois no sábado (14/5), assistindo ao *Jornal das Dez*, da GloboNews, ouvi da boca do sr. Carlos Monforte essa deliciosa pergunta: "Como é que fica então as concordâncias?" Ora, sr. Monforte, eu lhe devolvo a pergunta: "E as concordâncias, como é que ficam então?"

O veículo em que o artigo em questão foi publicado, o *Observatório da Imprensa*, é um jornal de circulação eletrônica, televisivo e radiofônico. Focado na crítica da mídia, é uma entidade civil, não governamental, não corporativa e não partidária que funciona como um fórum em que leitores, ouvintes, telespectadores e internautas, organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, podem manifestar-se com o intuito de acompanhar o desempenho da mídia brasileira.

Em seu artigo, Bagno expõe sua opinião a favor da abordagem da variedade linguística não padrão no livro didático e apresenta – de forma irônica e a partir de vários exemplos – seu ponto de vista a fim de convencer o interlocutor/leitor de seu posicionamento.

No título, "Polêmica ou ignorância?", o linguista questiona se o caso repercutido na mídia é realmente motivo para uma controvérsia. O próprio fato de fazê-lo direciona a resposta



essa pergunta para a segunda possibilidade apresentada: a de que a polêmica em relação ao “livro do MEC” – pelo chapéu antes do título, o leitor provavelmente já identificou do que o texto trata – se explica pela ignorância de seus “adversários” na argumentação.

No primeiro parágrafo, o enunciador deixa claro seu descontentamento com a mídia e faz menção a acontecimentos anteriores em que jornalistas teriam cometido equívocos quanto a assuntos relacionados à educação: *“Para surpresa de ninguém, a coisa se repetiu. A grande imprensa brasileira mais uma vez exibiu sua ampla e larga ignorância a respeito do que se faz hoje no mundo acadêmico e no universo da educação no campo do ensino de língua”*. Nesse parágrafo, são apresentados indícios de que os jornalistas criticam a abordagem da variedade linguística exposta no livro didático, mas ao mesmo tempo não seguem a norma padrão à risca: *“Jornalistas desinformados abrem um livro didático, leem metade de meia página e saem falando coisas que depõem sempre muito mais contra eles mesmos do que eles mesmos pensam”*.

No segundo parágrafo, a pergunta feita no título é retomada e procura-se estabelecer uma interação com o leitor, com a apresentação do seguinte argumento: *“Já faz mais de quinze anos que os livros didáticos de língua portuguesa disponíveis no mercado e avaliados e aprovados pelo Ministério da Educação abordam o tema da variação linguística e do seu tratamento em sala de aula”*. Em seguida, ao afirmar que o que dirá não é “coisa de petista”, o locutor já antecipa uma possível contestação ao citar o governo de FHC para provar que as questões de variação linguística abordadas no livro didático “Por uma vida melhor” estavam sendo discutidas há tempos. Para isso, o locutor introduz o operador ***já*** que introduz o enunciado: *“Já no governo FHC, sob a gestão do ministro Paulo Renato, os livros didáticos de português avaliados pelo MEC começavam a abordar os fenômenos da variação linguística”*. Nesse parágrafo, é apresentada uma justificativa do porquê foi necessário o trabalho com “o caráter inevitavelmente heterogêneo da variação linguística”. No trecho seguinte, procura-se demonstrar que a língua é dinâmica, ou seja, suscetível a mudanças que, muitas vezes, são encaradas com preconceito: *“Somente com uma abordagem assim as alunas e os alunos provenientes das chamadas ‘classes populares’ poderão se reconhecer no material didático e não se sentir alvo de zombaria e preconceito”* e *“com a chegada ao magistério de docentes provenientes cada vez mais dessas mesmas ‘classes populares’, esses mesmos profissionais entenderão que seu modo de falar e o de seus aprendizes não é feio”*. O enunciador aponta, ainda, que os professores também não falam de acordo com a norma padrão e caracteriza a norma culta de uma forma negativa: *“devidamente fossilizada e conservada em formol”*.



Uma particularidade dos textos veiculados no *Observatório da Imprensa* e do texto “Polêmica ou ignorância?” é que ele está dividido em subtítulos que, segundo Corbari (2008), tem a função de dar enfoque ao assunto abordado, além de deixar entrever a opinião do produtor do texto com relação ao tema debatido. Ainda segundo a autora, essas subdivisões ajudam o leitor a escanear a informação.

O primeiro subtítulo do artigo analisado é “Defender uma não significa combater a outra” que continua abordando as ideias a favor do posicionamento da autora do livro didático, mas no sentido de discutir questões referentes ao intertítulo. Nos parágrafos que seguem esse subtítulo, o linguista utiliza-se de exemplos e comparações com a política e a religião que, para ele, dispõem de discursos “marcadamente ideologizados” e não conseguem “*ver as coisas em perspectiva contínua, em redes complexas de elementos que se cruzam e entrecruzam, em ciclos constantes. Nesses discursos só existe o preto e o branco, o masculino e o feminino, o mocinho e o bandido, o certo e o errado e por aí vai*”.

Esse trecho é utilizado para problematizar a questão da variedade do português e de que é preciso “*reconhecer que o português brasileiro é uma língua em si, com gramática própria, diferente da do português europeu, teremos de conviver com essas situações, no mínimo patéticas*”. A situação definida como patética pelo enunciador é uma crítica e uma comparação com as ideologias marcadas, que são inflexíveis. O que o enunciador propõe é que a língua não é uma ideologia, e sim um sistema muito mais amplo e complexo.

Na sequência, são apresentadas outras comparações. Uma delas é entre ciência e religião: “*Darwin nunca disse, em lugar algum de seus escritos, que ‘o homem vem do macaco’. Ele disse, sim, que humanos e demais primatas deviam ter se originado de um ancestral comum. Mas essa visão mais sofisticada não interessava ao fundamentalismo religioso, que precisava de um lema distorcido, como ‘o homem vem do macaco’, para empreender sua campanha obscurantista que permanece em voga até hoje (inclusive, no discurso da candidata azul disfarçada de verde à presidência da República no ano passado)*”. No parágrafo, o enunciador se utiliza como argumento a comparação, traçando um paralelo entre o fato de Darwin não ter afirmado que o homem vem do macaco e a Igreja ter se apropriado do discurso do cientista de forma distorcida em prol de seus benefícios. Nesse trecho, faz-se referência à dualidade entre o discurso religioso e científico; além disso, comenta-se que a religião distorceu os fatos da ciência, assim como a mídia fez com a perspectiva de variação linguística nos livros didáticos. Ainda nesse



trecho, aparece a comparação com outro caso de “distorção” das ideias, com a introdução do operador *inclusive*, que insere um argumento forte: a acusação contra a candidata à presidência, Marina Silva, que mudou de partido político para se candidatar.

Em seguida, Marcos Bagno estabelece paralelos entre os exemplos, fazendo ligação direta com a questão do livro didático: *“Da mesma forma, nenhum linguista sério, brasileiro ou estrangeiro, jamais disse ou escreveu que os estudantes usuários de variedades linguísticas mais distantes das normas urbanas de prestígio deveriam permanecer ali, fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua língua. O que esses profissionais vêm tentando fazer as pessoas entenderem é que defender uma coisa não significa automaticamente combater a outra”*. Com essas palavras, o escritor comprova sua tese de que defender uma coisa não significa combater a outra, a partir de comparações, para então ficar claro para o leitor que suas ideias são válidas, já que se utilizam ocorrências que podem ser comprovadas.

No segundo subtítulo, “Defensores da ‘língua certa’”, o enunciador traz exemplos de ocorrência de concordância marcadas da língua informal: *“Não é preciso ensinar nenhum brasileiro a dizer ‘isso é para mim tomar?’ porque essa regra gramatical (sim, caros leigos, é uma regra gramatical) já faz parte da língua materna de 99% dos nossos compatriotas. O que é preciso ensinar é a forma ‘isso é para eu tomar?’ porque ela não faz parte da gramática da maioria dos falantes de português brasileiro, mas, por ainda servir de arame farpado entre os que falam ‘certo’ e os que falam ‘errado’, é dever da escola apresentar essa outra regra aos alunos, de modo que eles – se julgarem pertinente, adequado e necessário – possam vir a usá-la”*. Nesse parágrafo, o enunciador dialoga com o leitor, antecipando sua surpresa e supondo que ele desconheça que se trata de uma regra gramatical. Para isso, faz-se referência à gramática em uso, à gramática internalizada pelos falantes, estudada pelos linguistas. Nesse sentido, o enunciador coloca um argumento de autoridade, lançando questões que especialistas, no caso linguistas, discutem.

Ao continuar argumentando contra os defensores da “língua certa”, são trazidos exemplos de usos da língua, que é estudada pelos linguistas, para provar que a língua é heterogênea, um organismo vivo, que modifica ao longo do tempo: *“Também. O problema da ideologia purista é esse também. Seus defensores não conseguem admitir que tanto faz dizer assisti o filme quanto assisti ao filme; que a palavra óculos pode ser usada tanto no singular (o óculos, como dizem 101% dos brasileiros), quanto no plural (os óculos, como dizem dois ou três gatos pingados)”*. Nesse parágrafo, há o uso



do operador **tanto... quanto** para estabelecer uma relação de comparação no argumento apresentado.

No último parágrafo do texto, o enunciador expõe sua opinião de uma forma mais pessoal e irônica, fazendo uma crítica pessoal a um dos jornalistas, que ao contestar a variedade linguística apresentada no livro, também se utiliza da mesma variedade: *“O mais divertido (para mim, pelo menos, talvez por um pouco de masoquismo) é ver os mesmos defensores da suposta ‘língua certa’, no exato momento em que a defendem, empregarem regras linguísticas que a tradição normativa que eles acham que defendem rejeitaria imediatamente”*. No trecho, também se estabelece um diálogo com o leitor e é possível identificar marca de primeira pessoa: *“ouvi da boca do Sr. Carlos Monforte essa deliciosa pergunta”*. O trecho *“deliciosa pergunta”* é escrito de forma irônica, sendo possível comprovar o que se disse no começo do texto: que os jornalistas defendem a língua pura e mesmo assim isso depõe contra eles mesmos já que também não falam totalmente de acordo com a norma culta. Um exemplo disso é quando o autor expõe uma oração proferida pelo jornalista da Rede Globo, Carlos Monforte, de forma sintaticamente invertida: *“Como é que fica então as concordâncias?”* e, que em seguida, responde-se, por meio do texto, ao jornalista: *“Ora, Sr. Monforte, eu lhe devolvo a pergunta: ‘e as concordâncias, como é que ficam então?’”*.

Em relação aos exemplos expostos por ironia, Oliveira (2008) aponta que a ironia seria determinada pelo que o falante comunica para além do significado gramatical, ou seja, nesse tipo de recurso, há um significado gramatical que representa o significado literal de uma palavra ou expressão e os fatores extralinguísticos que se caracterizam pelos conhecimentos de mundo dos leitores e corroboram para criar uma hipótese sobre o que o interlocutor pretende dizer, no caso do texto, o adjetivo “delícia” e a resposta dada por Bagno à frase do jornalista. De acordo com a autora, ironizar implica na desqualificação de um alvo, sendo que a ironia surge quando se assume uma atitude crítica e de gozação em relação a algo ou a alguém, fingindo o contrário.

É importante notar as escolhas lexicais que colaboram na construção da defesa de suas opiniões, fazendo um contraponto entre “jornalistas desinformados” em: *“Jornalistas desinformados abrem um livro didático, leem metade de meia página e saem falando coisas que depõem sempre muito mais contra eles mesmos do que eles mesmos pensam”* e “linguistas sérios”: *“nenhum linguista sério, brasileiro ou estrangeiro, jamais disse ou escreveu que os estudantes usuários de variedades linguísticas mais distantes das normas urbanas de prestígio deveriam permanecer ali, fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua*



língua”; ou quando o locutor se refere aos jornalistas como pseudointelectuais e aos linguistas como profissionais: “*com a chegada aos novos meios de comunicação de pseudo-especialistas que, amparados em tecnologias inovadoras, tentam vender um peixe gramatiquero para lá de podre*” e “*O que esses profissionais vêm tentando fazer as pessoas entenderem é que defender uma coisa não significa automaticamente combater a outra*”.

Há no texto também uma interação direta com o interlocutor/leitor, ao questioná-lo sobre possíveis opiniões contrárias, como ‘*será polêmica mesmo?*’, ‘*Sim, caros leigos, é uma regra gramática*’ ou ‘*pra mim, pelo menos*’.

O discurso assumido pelo enunciador é marcado por certo autoritarismo que, segundo Koch (2009), é “o mais característico dos argumentos de prestígio”, pois “utiliza os atos ou julgamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova em favor de uma tese” (KOCH, 2009, p.146). Além disso, a posição social em que o autor se encontra permite que ele tenha maior autonomia para falar sobre o tema com convicção. Isso se percebe pelas indicações de certezas e negações do locutor em ‘*Darwin nunca disse*’, ‘*ele disse, sim*’, ‘*nenhum linguista sério, brasileiro ou estrangeiro, jamais disse*’.

De modo geral, o artigo analisado é caracterizado por uma heterogeneidade constitutiva – conceito cunhado por Authier-Revuz (1998) –, em que o enunciador coloca em cena outros discursos, como o religioso, o político e o científico, para expor seu posicionamento e conferir mais credibilidade ao seu ponto de vista defendido.

5 Considerações finais

A partir da breve análise realizada neste trabalho, é possível fazer algumas considerações a respeito do gênero artigo de opinião. Escolhidos por apresentarem pontos de vista contrários, os artigos analisados *dialogam*, ainda que esse diálogo não esteja explicitamente demarcado. Ao falar de polêmica – termo que integra o título do texto de Bagno – o diálogo é pressuposto: só há polêmica se há divergência de opiniões, ou seja, no mínimo, duas vozes *em confronto*. De maneira “sutilmente agressiva”, o título do texto de Clóvis Rossi também pressupõe o embate com um ponto de vista contrário, que é ironizado.

Ao analisar os textos, nota-se a predominância de seqüências argumentativas, isto é, de trechos em que se articulam argumentos. Em alguns momentos, são explorados argumentos favoráveis ao ponto de vista adotado; em outros, são esmiuçados argumentos contrários ao que é



defendido, analisados pelo ponto de vista – muitas vezes, irônico – do locutor. Esses argumentos são trazidos ao texto por dois motivos: primeiramente, para serem colocados como inferiores; e, em segundo lugar, para construírem uma imagem positiva do locutor, levando os leitores a vê-lo como uma pessoa de bom senso, que sabe ouvir o outro.

Em ambos os textos, valorizam-se mais os argumentos do que a autoria – embora esta também seja um componente de peso na argumentação. Ao dizer, por exemplo, que “*nenhum linguista sério, [...] jamais disse ou escreveu que os estudantes usuários de variedades linguísticas mais distantes das normas urbanas de prestígio deveriam permanecer ali, fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua língua*”, Bagno – sem dizer explicitamente – coloca-se como integrante desse grupo, pois, a partir de informações que extrapolam o texto, o leitor é capaz de reconhecê-lo como um linguista renomado. Além disso, é capaz, também, de reconhecer quem são os “jornalistas desinformados” citados por ele.

Quanto ao estilo, pode-se dizer que ambos os textos são escritos em linguagem padrão e formal, o que é característico do gênero artigo de opinião. Os termos que não se enquadram na variedade padrão são colocados entre aspas, marcando a voz de outro(s) enunciador(es). Deve-se destacar que a formalidade característica do gênero condena o uso de termos jocosos ou demasiadamente ofensivos, mas não exclui a possibilidade de ironia e de um confronto, muitas vezes, enérgico. Como aponta Bakhtin (1997), o estilo deve ser analisado sempre se considerando o gênero: “o estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997, p. 284). Além do gênero, seria possível acrescentar, também, a influência do suporte sobre o estilo: pode-se dizer que o fato de os artigos analisados terem sido publicados na *Folha de S. Paulo* – um jornal tradicional, de renome no país – e no *Observatório da Imprensa* – um jornal eletrônico que analisa a postura da mídia – também contribui para orientar a forma como os textos são estruturados.

No artigo de opinião, o jogo que se estabelece entre as várias vozes acionadas no texto é fundamental para que ele seja reconhecido como um exemplar do gênero em questão. Nos textos analisados, nota-se o confronto entre, de um lado, vozes da esfera jornalística e, de outro, vozes da esfera acadêmica e/ou pedagógica. Sabe-se que, como aponta Authier-Revuz (1998), a



heterogeneidade é constitutiva de qualquer manifestação discursiva. Com o artigo de opinião, não poderia ser diferente. Porém, deve-se destacar uma particularidade: o artigo de opinião deixa a heterogeneidade à mostra, colocando-a em posição de destaque. Assim, esse gênero se delinea como um diálogo incessante, que não admite ponto final; cada texto parece, então, terminar com reticências, que esperam até que alguém tome a palavra e continue tecendo o fio interdiscursivo.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAGNO, M. Polêmica ou ignorância? **Observatório da imprensa**. 17 mai. 2011. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/polemica_ou_ignorancia Acesso em: 05 mar. 2014.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CORBARI, A. T. **Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par “é + adjetivo” em artigos de opinião publicados no jornal Observatório da Imprensa**. 2008. 194 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2008.

CUNHA, D. A. C. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

DOLZ J; SHENEUWLY, B. Gêneros e Progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexão sobre uma experiência suíça (Francófona). In: _____. **Gêneros orais e escritos na escola** Trad. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2010, p. 41-70.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2007.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. 3 ed. Tradução Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.



OLIVEIRA, L. M. Ironia e metáfora – a linguagem figurada: o seu efeito argumentativo e a sua aplicação no ensino da língua materna. In: XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 1686- 1691.

PERFEITO, A. M. Artigo de opinião: análise lingüística. In: CONALI – CONGRESSO NACIONAL DE LINGUAGENS EM INTERAÇÃO. 1., 2006, Maringá. **Anais...** Maringá, 2007. p. 745-755.

ROSSI, C. Inguinorância. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 mai. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1505201103.htm> Acesso em: 05 mar. 2014.